

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para **locação de veículos adaptados, com operador/motorista e eletricista para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, conforme condições, especificações, exigências e quantitativo previsto neste documento e nos demais anexo, pelo período de 02 (dois) anos**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

| | | |
|-----|-----------------------------|--|
| 1.2 | Requisitante: | Secretaria Municipal de Serviços Públicos |
| 1.3 | Fundamentação legal: | Lei nº14.133/21, Pregão Eletrônico art. 28, I |
| 1.4 | Período: | 02 (dois) anos, a contar da assinatura do contrato |
| 1.5 | Tipo: | Menor Preço Global |

1.6 Contratação de serviço de locação de veículos adaptados, com operador/motorista e eletricista para prestação de serviços de manutenção de Iluminação Pública, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNID. | QUANT. |
|------|--|--------|-------|--------|
| 01 | <p>03 (três) caminhões pequeno porte com cesto aéreo.</p> <p>Preparado para a função de troca de lâmpadas, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas, com cesto aéreo simples, isolado, em fibra de vidro com capacidade mínima para 120 kgf, sendo sua integridade e condições periodicamente verificadas. Potência mínima de 150cv. Caminhão pequeno porte com cesto aéreo. Carroceria aberta em madeira ou metálica, alcance mínimo vertical (do solo) de 09 (nove) metros, com duplo comando, ângulo de giro de 360º, sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Com no máximo 05 (cinco) anos de utilização tanto do veículo como do cesto aéreo.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto de ferramentas e equipamentos;• Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante;• 06 (seis) operadores/motoristas devidamente habilitados;• 06 (seis) eletricistas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública; | 25089 | MÊS | 24 |



| | | | | |
|----|--|--------|-----|----|
| | <ul style="list-style-type: none">• Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 07h00min e 16h00min e das 19h00min as 04h00min;• Fornecimento de manutenção dos caminhões;• Fornecimento de combustível;• Seguro contra terceiros;• Prazo de execução de 02 anos;• A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos. | | | |
| 02 | <p>01 (um) veículo médio, tipo picape com escada central hidráulica. Veículo caminhonete cabine simples, na cor branca, o qual deverá obter a carroceria especificada, carroceria fabricada em alumínio com suporte de escadas laterais, com escada central eletro-hidráulica com ângulo de giro de 360º, alcance mínimo de 07 (sete) metro e armário para ferramentas, a ser montada em veículos pré-indicados para uso em serviços de troca de lâmpadas, adaptado com sistema de proteção contra descargas elétricas. Peso bruto total aproximado: 3.000kg, capacidade máxima de tração mínimo: 5.800kg incluso reboque, entre eixos: 3.085 a 3.100mm, dimensões aproximadas do veículo – comprimento x largura x altura (mm): 5.330 x 1800 x 1795 mm. Deverá conter ainda sirene de ré e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, com motorista, eletricista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Com no máximo 05 (cinco) anos de utilização. A adaptação de sobrepeso na carroceria do veículo deverá receber reforços nos pontos de fixação no chassi, se exigíveis. É necessário identificar um estudo de distribuição de cargas para o veículo em questão, obedecendo a tara dos eixos do veículo fornecido pelo fabricante. As especificações da caçamba/carroceria do veículo são as dimensões existentes do veículo para instalação: Comprimento: 2350 mm x largura: 1575 mm x Altura: 841 mm, a depender do modelo/referência. A configuração da carroceria compartimentada deverá envolver o chassi e o rodado traseiro do veículo, configurando um conjunto harmônico, com acesso por trás e deverá possuir pegador para facilitar o acesso do operador.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto de ferramentas e equipamentos;• Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante; | 364618 | MÊS | 24 |



| | | | | |
|----|--|--------|-----|----|
| | <ul style="list-style-type: none">• 02 (dois) operador/motorista devidamente habilitados;• 02 (dois) eletricitas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública;• Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 07h00min e 16h00min e das 19h00min as 04h00min• Fornecimento de manutenção da caminhonete;• Fornecimento de combustível;• Seguro contra terceiros;• Prazo de execução de 2 (dois) anos• A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos. | | | |
| 03 | <p>01 (um) veículo Leve com carroceria. Com capacidade para 02 pessoas, motorização mínima 1.4, direção hidráulica, ar condicionado. Veículo com a função para suporte a equipes da iluminação pública, utilizado para serviços de escadas, vielas, becos e também para utilização de marcação de pontos a realizar manutenção, com todos equipamentos obrigatórios pelo DETRAN, com motorista, eletricista, combustível e manutenção total por conta da contratada. Veículo, com Lona, com no máximo 05 (cinco) anos de utilização.</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto de ferramentas e equipamentos;• Rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela Contratante;• 02 (dois) operador/motorista devidamente habilitados;• 02 (dois) eletricitas com todos os cursos e NR's necessárias para manutenções de iluminação pública;• Jornada de trabalho segunda a sexta, entre 07h00min e 16h00min e das 19h00min as 04h00min;• Fornecimento de manutenção dos caminhões;• Fornecimento de combustível;• Seguro contra terceiros;• Prazo de execução de 02 (dois) anos• A Contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos. | 466085 | MÊS | 24 |
| 04 | <p>(01) um Profissional Habilitado com Responsabilidade Técnica pertinente ao objeto licitado, engenheiro eletricista</p> | 213 | MÊS | 24 |
| 05 | <p>01 (um) Profissional Habilitado na área de Segurança do Trabalho devidamente registrado no órgão competente.</p> | 17825 | MÊS | 24 |

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 3.587/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 A contratação é enquadrada como continuada tendo em vista que trata-se de serviço de manutenção de iluminação pública, intimamente ligada a segurança, mobilidade, qualidade de vida, desenvolvimento social e econômico, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando uma maior atratividade para as empresas, haja vista possibilidade de diluição dos custos com depreciação e manutenção de equipamentos, dentre outros aspectos descritos no Estudo Técnico Preliminar.

1.11 Trata-se de Serviço de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A presente contratação faz-se necessária embasada pelas premissas de ter a secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo suas diretrizes de trabalho definidas.

3.2 A contratação em tela visa garantir que as luminárias sejam verificadas e reparadas antes que problemas maiores ocorram, gerando uma iluminação eficiente, segura, atraente e agradáveis para os cidadãos.

3.3 Um Parque de Iluminação adequado gera segurança, diminuiu a criminalidade e aumenta a sensação de segurança dos moradores e transeuntes. Facilita a locomoção de pedestres, ciclistas e motoristas durante a noite, reduzindo risco de acidentes e aumentando a eficiência do transporte público.

3.4 Para as pessoas portadoras de deficiência gera uma maior acessibilidade, facilitando a navegação segura nas áreas públicas.

3.5 Além disso, visa manter os ambientes propícios para atividades sociais, recreativas e comerciais durante a noite, contribuindo para a vitabilidade das comunidades e o desenvolvimento econômico.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Poderão participar deste processo de contratação de empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com FGTS e com a Justiça do Trabalho.

4.1.2 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para o seu pleno funcionamento.

4.1.3 A presente contratação deverá acompanhar a manutenção dos veículos/equipamentos, fornecimento de peças, seguro obrigatório, combustível, motorista/operador, eletricitas, óleo lubrificante e hidráulico.

4.1.4 A empresa deverá apresentar contratação de empresa de seguro durante toda a vigência do contrato e o seguro deverá cobrir as seguintes situações:

- 4.1.4.1 Segurar o motorista/operador e eletricista de qualquer acidente que causar, internação, invalidez ou morte;
- 4.1.4.2 Segurar veículos de terceiros, bem como quaisquer pessoas envolvidas no acidente que causar internação, invalidez ou morte;
- 4.1.4.3 Segurar patrimônios de terceiros (bens imóveis), haja vista que os equipamentos prestarão serviços em áreas urbanas, movimentadas e habitadas;
- 4.1.4.4 Segurar quaisquer acidentes de servidores da municipalidade que estiverem participando da operação, causados pelos veículos contratados.
- 4.1.5 Apresentar documentação dos motoristas/operadores necessários para o cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro (CNH dos motoristas/operadores com a devida categoria e em validade).
- 4.1.6 Todos os veículos deverão estar de acordo com as legislações vigentes.
- 4.1.7 A contratada deve fornecer aos motoristas/operadores e eletricistas os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.
- 4.1.8 Os veículos deverão conter adesivos de identificação, de forma visível e destacada com a logo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e com os dizeres: “A Serviço da Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Friburgo”.
- 4.1.9 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.1.10 A Contratada deverá assegurar os EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, aos motoristas/operadores e eletricistas, objetivando neutralizar a ação de certos agentes que podem causar lesão aos trabalhadores, conforme Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTBE e Nrs específicas, tais como: Protetores para cabeça, face, tronco, membros inferiores e superiores; protetores auditivos, botinas, luvas, cintos de segurança, vestimentas especiais e o que mais fizer necessários, etc.
- 4.1.11 Além dos EPI's, deverá assegurar os EPC's - Equipamentos de Proteção Coletiva, objetivando neutralizar, atenuar ou sinalizar os riscos dos trabalhos executados, tais como: conjuntos de aterramento; tapetes de borracha; cones de sinalização reflexivos e bandeiras, protetores, etc.
- 4.1.12 A Contratada deverá fornecer vestimenta de trabalho, com a logomarca da Prefeitura Municipal, com o mínimo de 02 (dois) conjuntos por trabalhador e efetuar a reposição assim que se encontrar imprópria para o uso, conforme estabelece NR-18, do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 4.1.13 Os veículos deverão estar em excelente estado de conservação, com toda a Documentação Regular e deverá estar em nome da empresa Licitante, ou de posse legal da mesma através de contrato de compra e venda ou de Locação firmado pela Licitante.
- 4.1.14 Os veículos deverão ser mantidos com a documentação em dia e em condições de circulação, de acordo com a legislação de trânsito em vigor.
- 4.1.15 Disponibilizar, para a execução dos serviços durante a vigência da contratação, equipamentos em boas condições de uso e com **ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 05 ANOS**.
- 4.1.16 As despesas decorrentes com manutenção, lubrificantes, motoristas/operadores, eletricistas e qualquer outro que afete a operação, serão de responsabilidade da contratada.

4.1.17 Os serviços que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com as solicitações da contratante (que poderá ser de ordem de serviço e/ou e-mail) e a orientação/fiscalização dos técnicos da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, estando os veículos disponíveis no período conforme as condições contratuais, devendo a contratada estar sujeita a fiscalização e orientação da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

4.1.18 Após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 15 dias úteis, a empresa deverá apresentar documentação comprobatória de que possui em seu quadro de funcionários os profissionais, devidamente registrados nos seus conselhos, devendo juntas a comprovação de vínculo empregatício dos profissionais, mediante contrato de prestação de serviço ou outro instrumento contratual que demonstrem a identificação profissional:

4.1.18.1 Engenheiro Eletricista – devidamente registrado no CREA-RJ;

4.1.18.2 Engenheiro de Segurança do Trabalho – devidamente registrado no CREA-RJ; ou

4.1.18.3 Técnico em Segurança do Trabalho – devidamente registrado no MTE;

4.1.18.4 Motorista Carteira B;

4.1.18.5 Motorista Carteira C;

4.1.18.6 Eletricista com todos os cursos e NR's necessários para manutenção de iluminação pública.

4.1.19 Todos os veículos devem apresentar sistema de rastreamento e GPS para monitoramento em tempo real pela contratante;

4.1.20 A empresa contratada deverá dispor de garagem/galpão para estacionamento dos veículos.

4.1.21 A contratada deverá fornecer aos eletricitas todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços.

4.1.22 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.23 A licitante deverá respeitar a legislação vigente e operar de forma condizente com os projetos elaborados, visando com que possíveis danos ambientais sejam diminuídos.

4.1.24 Deverá Investindo em tecnologias mais limpas com motores mais eficientes e com filtros de partículas, a fim de diminuir a emissão de poluentes atmosféricos. Além de adotar práticas de manutenção adequada para reduzir essas emissões.

4.1.25 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.1.25.1 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após assinatura do contrato.

4.1.25.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 Os serviços devem ser prestados em **dias úteis, em dois turnos (diurno e noturno) de 08 (oito) horas trabalhadas**, sendo a jornada compreendida em um turno das **07h00min às 16h00min** e outro turno das **19h00min às 04h00min**.

5.2 Para cada veículo e turno será necessário a disponibilização de 01 motorista/operador e 01 eletricista.

5.3 A prestação do serviço se dará em **todo o território geográfico do Município de Nova Friburgo**.

5.3.1 Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, os veículos poderão sair dos limites do município de Nova Friburgo, desde que previamente autorizados pela Secretaria responsável, estritamente para atendimento a demanda de interesse do município, vedada a utilização para fins particulares ou por terceiros.

5.3.2 No caso de necessidade de deslocamento para outros municípios, os mesmos serão prestados dentro do mesmo valor estipulado na licitação, sem ônus para o município.

5.3.3 Caso esse deslocamento para outro município seja em área de pedágio, o pagamento ocorrerá às expensas da contratada.

5.4 A Secretaria requisitante elaborará cronograma e determinará a ordem dos locais a serem atendidos.

5.5 Todos os materiais elétricos necessários para a manutenção do parque de iluminação pública na forma descrita anteriormente será fornecido pela CONTRATANTE;

5.5.1 Os caminhões deverão se dirigir ao Pátio da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (Avenida Alberto Braune, n.º 125, Centro) pelo menos 02 (duas) vezes por semana para reabastecimento;

5.5.2 Caso haja necessidade de um maior reabastecimento durante a semana a CONTRATADA deverá entrar em contato com os fiscais da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

5.5.3 No momento em que os veículos comparecerem o pátio da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo para reabastecimento deverão ser devolvido todo o estoque de resíduos proveniente das manutenções realizadas.

5.5.4 Enquanto os materiais permanecerem em poder da CONTRATADA está deverá se responsabilizar pelo correto procedimento de manuseio (retirada/coleta), acondicionamento, transporte, armazenagem, até sua devolução a Secretaria de Serviços Públicos, às suas expensas, segurá-los contra todos os riscos.

5.6 A empresa vencedora do certame será responsável pela guarda e segurança dos veículos, devendo disponibilizar de galpão para estacionamento.

5.7 Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora do presente certame, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, deverá apresentar toda a frota a ser disponibilizada para a municipalidade, bem como documentação dos veículos, motoristas/operadores, necessários ao cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, para a execução dos serviços e operação dos veículos, bem como documentação dos demais profissionais exigidos.

5.8 O prazo para início dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas a partir da emissão da Ordem de Serviço a ser enviada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

5.9 A empresa contratada deverá apresentar semanalmente relatório contendo as quantidades de pontos atendidos e suas localizações, horário de início e término da prestação dos serviços, placa do veículo e demais informações necessárias.

5.10 A equipe de ronda deverá verificar os pontos apagados e emitir relatório para abertura de ordem de serviço.

5.11 Em caso de impossibilidade de manutenção de algum ponto, deverá conter no relatório sua motivação.

5.12 A Secretaria requisitante emitirá cronograma semanal com relação dos bairros e pontos que devem ser atendidos, conforme ordem de serviços realizados pelos municípios e/ou levantamento realizado pela equipe de ronda.

5.13 O cronograma poderá ser enviado por e-mail ou entregue ao representante da empresa.

5.13.1 Caso a Secretaria Municipal de Serviços Públicos entenda necessário realizar mudanças no cronograma a CONTRATADA será informada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

5.14 Em caso de chuva ou outras adversidades no bairro programado para atendimento, os funcionários deverão comunicar a Secretaria Municipal de Serviços Públicos de forma imediata para tomada das providências que entender necessárias, dentre elas a modificação no cronograma.

5.15 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais.

5.16 A CONTRATADA prestará o serviço de acordo com todas as Leis Federais, Estaduais e Municipais, bem como regulamentações dos órgãos fiscalizatórios.

5.17 O veículo locado que apresentar problema de funcionamento e ficar impedido de realizar a tarefa planejada deverá ser substituído no prazo de 24 horas a contar da notificação formal da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

| | NOME | MATRÍCULA | GESTOR / FISCAL |
|--------|-----------------------------|-----------|-------------------|
| 6.10.1 | RAFAEL MOREIRA ESTEBANEZ | 115.215 | Gestor titular |
| 6.10.2 | LUIZA PEREIRA SILVA | 115.254 | Gestor substituto |
| 6.10.3 | GUILHERME DE CARVALHO RAMOS | 063.232 | Fiscal titular |
| 6.10.4 | MARIANA MARTINS DOS SANTOS | 063.425 | Fiscal substituto |

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

6.16 O contrato poderá ser rescindido antecipadamente sem ônus ao Município, quando houver a assunção do parque de iluminação pública de Nova Friburgo pelo vencedor da Parceria Público Privada da Iluminação;

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: **Município de Nova Friburgo**, CNPJ: **28.606.630/0001-23**, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, n.º 225, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.613-0001.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de

Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.4 Qualificação técnica.

A) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção do produto e execução bem-sucedida;

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.13 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.14 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.15 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

9.1.1 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

9.1.2 Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

9.1.3 Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

9.1.5 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;

9.1.6 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

9.1.7 Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.1.8 A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

9.1.9 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

9.1.10 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.1.11 Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.1.12 manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.1.13 Disponibilizar os veículos, motoristas e eletricitas na data e local indicado pelo Setor Requisitante;

9.1.14 Adotar as medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias para completa execução dos serviços, inclusive quanto ao seu pessoal, materiais e equipamentos fornecidos durante o período em que estiver em cumprimento de suas atividades;

9.1.15 Responsabilizar-se civil ou criminalmente pelos danos causados, ao evento ou a terceiros, pelos seus funcionários, durante a execução dos serviços deste Termo de Referência;

9.1.16 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do(s) serviço(s) contratado(s), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.17 As irregularidades deverão ser sanadas no prazo de 48 horas a contar da notificação para que não haja prejuízos à realização do serviço, sob pena de aplicação das penalidades constantes no referido Termo de Referência.;

9.1.18 Realizar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva dos veículos. Os veículos deverão estar devidamente licenciados para o fim a que se destinam e em perfeitas condições de funilaria, mecânica, elétrica e técnica, bem como de acordo com os requisitos de segurança, conforto, higiene e limpeza e em bom estado de uso e conservação, o que será verificado pela contratante antes da assinatura do respectivo instrumento contratual, sendo que eventuais falhas deverão ser regularizadas no prazo de 48 horas após o comunicado desta administração à detentora;

9.1.19 Substituir no prazo de **48 horas** por outros veículos compatíveis, em caráter temporário, a partir do momento em que os veículos alugados forem sofrer serviços de manutenção ou consertos;

9.1.20 Utilizar veículos devidamente revisados e com tanques de combustível completos;

9.1.21 Substituir os veículos por outras do mesmo modelo ou compatível, em caráter definitivo, quando houver acidente com perda total, furto, roubo ou incêndio, no prazo de 72 (setenta e duas) horas contados a partir da entrega do boletim de ocorrência policial, por parte da CONTRATANTE, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento contratual;

9.1.22 Substituir profissional (operador/motorista e eletricista e profissionais técnicos) por outro de mesma função em caso de falta, atestado, afastamento ou outro tipo de evento similar no prazo de 24 horas;

9.1.23 Obedecer aos dias, horários e locais pré-determinados pela CONTRATANTE para a execução dos serviços;

9.1.24 Designar motoristas legalmente habilitados, com carteira de habilitação dentro do prazo de validade, respeitando a categoria classificatória descrita no Código Nacional de Trânsito e uniformizado;

9.1.25 Os serviços de motorista e eletricista deverão ser executados por empregados da CONTRATADA, conforme especificado, que garantirá a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades e as exigências da CONTRATANTE;

9.1.26 CONTRATADA deverá orientar seus empregados para agirem sempre com respeito, urbanidade, responsabilidade, seriedade, dentre outras características que contribuam com a boa, eficaz, qualitativa e perfeita execução do objeto contratado, devendo, ainda, ser sempre observada, impreterivelmente, a pontualidade no cumprimento das obrigações assumidas, a fim a evitar-se a ocorrência de prejuízos em geral, sendo que o descumprimento de qualquer uma destas exigências acarretará na aplicação de sanções à CONTRATADA;



9.1.27 Caberá a CONTRATADA fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

9.1.28 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços.

9.1.29 Manter empregados fixos em plenas condições para a execução dos serviços objeto deste instrumento, bem como, manter todos os empregados treinados e orientados quando em substituição por licença médica, folga ou falta dos titulares;

9.1.30 Fornecer todos os equipamentos de segurança (EPIs) aos seus empregados e manter os veículos no mais perfeito estado de uso e conservação, especialmente no tocante à segurança;

9.1.31 Exigir que os seus empregados mantenham a disciplina nos locais de execução dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente;

9.1.32 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

9.1.33 Garantir que os motoristas respeitem a sinalização de trânsito e os limites de velocidade, operem os veículos com responsabilidade e atenção, nunca utilize telefone celular enquanto estiver dirigindo, nunca dirija sob efeito de álcool ou drogas, utilizem calçado adequado, adotem sempre boas práticas de direção defensiva.

9.1.34 Garantir que os eletricitistas respeitem o uso de EPI's durante a execução dos serviços, não utilizem telefone celular no desempenho da função, nunca trabalhem sob efeito de álcool ou drogas;

9.1.35 Com vistas à prestação dos serviços constantes do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de pessoal, obrigatoriamente contratado de acordo com a legislação trabalhista, Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, obedecidas também outras disposições constantes de Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, celebrados entre entidades sindicais patronais e de empregados (registrada e arquivada no MTE), e qualificado para atender ao perfil de cada serviço de acordo com o constante de descrição geral de atividades e área de abrangência de cada serviço;

9.1.36 Afastar imediatamente do serviço, mediante solicitação da contratante, o empregado que não se portar convenientemente ou que não atenda à execução dos serviços de forma adequada e correta.

9.2 Da Contratante:

9.2.1 Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

9.2.2 Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.2.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

9.2.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.2.5 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.2.7 Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.2.8 Demais condições constantes do edital de licitação;

9.2.9 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.1.5 - fraudar a licitação
- 10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.1 - advertência;
 - 10.2.2 - multa;
 - 10.2.3 - impedimento de licitar e contratar e
 - 10.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.3.2 - as peculiaridades do caso concreto
 - 10.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 10.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 10.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
 - 10.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado
- 10.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 10.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa de valor encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

11.2 A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023, realizará a pesquisa de preço em momento oportuno. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

| Órgão/Unidade Orçamentária | Programa de Trabalho | Fonte de Recursos | Natureza da Despesa |
|---|----------------------|-------------------|---------------------|
| Secretaria Municipal de Serviços Públicos | 09001.1545100142.045 | 175100000000 | 3.3.90.39.48 |

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Nova Friburgo/RJ, 06 de maio de 2024.

| ELABORADOR: | APOIO TÉCNICO: |
|--|--|
| <hr/> Luiza Pereira Silva Matrícula: 115.254 | <hr/> Guilherme de Carvalho Ramos Matrícula: 062.232 |

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Marcelo da Silva Pereira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matrícula: 100.530